

Discursividades construídas a partir dos enunciados “Piso Salarial” E “Teto Salarial”

Discursivities built from the “Wage Floor” And “Wage Ceiling”

Ana Cláudia Dias Ribeiro¹
Janete Silva Dos Santos²

Recebido em: 04/10/2019
Aprovado em: 26/11/2019
Publicado em: 19 /12/2019

RESUMO: Este artigo, resultado de estudos e debates realizados em disciplina que problematiza discursividades, em curso de pós-graduação *stricto sensu*, analisa discursivamente duas *charges*, como materialidade linguística, nas quais aparecem os enunciados “piso salarial” e “teto salarial”, levando em consideração os efeitos de sentido provocados pela linguagem multimodal (verbal e não-verbal) constantes nos dois textos. A partir de subsídios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso francesa, buscamos explicar os processos de construção de sentidos provocados pela linguagem nos objetos simbólicos analisados, assim como a relevância das escolhas lexicais dos termos “piso” e “teto” presentes nos dois enunciados. Tais enunciados estão inseridos no campo discursivo trabalhista/profissional como metáfora discursiva construída a partir de outro campo ou esfera discursiva (engenharia civil, por exemplo), o que implica sobreposição ao que já é limitado por outro dizeres (salário/salarial). Esta análise mostrou algumas ancoragens como possibilidades interpretativas para a construção dos sentidos. Ratificamos que a formação discursiva e ideológica na qual o sujeito está filiado é fator determinante para a constituição dos sentidos.

Palavras-chave: Discursividade; Metáfora Discursiva; Charge.

ABSTRACT: This work, the result of studies and debates carried out a discipline that problematizes discursivities in a *stricto sensu* postgraduate course, discursively analyzes two cartoons, such as linguistic materiality, in which appear the statements “wage floor” and “wage ceiling” appear, taking into account consideration the meaning effects caused by the multimodal language (verbal and nonverbal) in both texts. From the theoretical and methodological support of the French Discourse Analysis, we seek to explain the processes of meaning construction provoked by language in the symbolic objects analyzed, as well as the relevance of the lexical choices of the terms “floor” and “ceiling” present in both statements. Such statements are inserted in the labor / professional discursive field as a discursive metaphor constructed from another discursive field or sphere (civil engineering, for example), which implies overlapping with what is already limited by other words (salary / salary). This analysis showed some anchorages as interpretative possibilities for the construction of the senses. We ratify that the discursive and ideological formation in which the subject is affiliated is a determining factor for the constitution of the senses.

Keywords: Discursivity; Discursive Metaphor; Cartoon.

1. Graduação em Letras. Especialização em Metodologia do Ensino Superior e Especialização em Mídias na Educação. Mestrado em Letras. Doutoranda em Ensino de Língua e Literatura. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. ORCID: 0000-0001-9755-5915. E-mail: ana.ribeiro@ifro.edu.br

2. Licenciatura Plena em Letras. Mestrado e doutorado em Linguística Aplicada pela Unicamp. Docente (professor adjunto III) da Universidade Federal do Tocantins. ORCID: 0000-0003-2823-6114. E-mail: janetesantos@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

No presente artigo, analisamos discursivamente duas *charges*, como materialidade linguística, nas quais aparecem os enunciados “ piso salarial ” e “ teto salarial ”, levando em consideração os efeitos de sentidos provocados pela linguagem multimodal (verbal e não verbal) que constroem os textos. A partir de subsídios teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, buscamos explicar os processos de efeitos de sentidos provocados pela linguagem nos objetos simbólicos analisados. Partindo do pressuposto de que as escolhas lexicais não são casuais, focamos o processo de construção de sentidos através de seus mecanismos de funcionamento.

Os dois enunciados, “ piso salarial ” e “ teto salarial ”, materializados em formas linguístico-discursivas que remetem ao âmbito profissional, pondo, desse modo, padrões e empregados em relação, delimitam os salários de determinados trabalhadores submetidos às imposições “ legais ” dentro do sistema econômico vigente (capitalista). Assim, é nesse campo que, a partir da AD de linha francesa, pontuaremos nosso gesto de leitura sobre a materialidade que trazemos para esta reflexão. Para tanto, este texto, além da introdução e das considerações finais, vem dividido em duas seções: (i) Aporte teórico-metodológico filiado à AD francesa e (ii) Discursividades em análise. Destacamos que a análise que fazemos de nosso recorte é um gesto de leitura que, como tal, não se pretende conclusivo nem único, pois a linguagem, seja em registro oral, seja em registro escrito, sejam quais forem os signos pela qual se manifesta, está sempre aberta ao movimento de leituras diversas, por diferentes dispositivos na perspectiva analítica aqui adotada.

Aporte Teórico-Metodológico Vinculado À AD Francesa

A teoria de base que mobilizamos também nos oferece dispositivos metodológicos para análise de materialidades diversas. Partimos, pois, da perspectiva de que a linguagem é prática que põe os homens em relação uns com os outros e com a realidade social. Ela (linguagem) é vista, por isso, como trabalho simbólico e não instrumento de comunicação (ORLANDI, 2001). A Análise do Discurso (AD) busca mostrar que não há divisão entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Indicando ser aí o lugar de tensão entre diferentes redes de significação. Assim, o estudo do discurso, vê a língua como trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história. E o discurso como objeto da Análise do Discurso se materializa por meio da linguagem.

Segundo Orlandi (2001) a ideologia “é uma prática significativa. Necessidade da

interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique” (ORLANDI, 2001. p. 48). Em outras palavras, ela é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Portanto, “(...) não há discurso sem sujeitos. E não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 41).

A AD trabalha com os processos de constituição do sujeito e da ideologia, pois, segundo Michel Pêcheux, é através da ideologia que podemos analisar os processos constitutivos da linguagem e a produção de sentidos, considerando os aspectos social e histórico:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Para Pêcheux (1995), a produção de sentidos é determinada pelas posições ideológicas dos sujeitos e pelo processo histórico e social em que as palavras estão inseridas: “[...] as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência e essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). O discurso, portanto, é palavra em movimento.

Assim, os estudos do discurso visam a mostrar como o objeto simbólico produz sentidos, visto que o sentido não existe em si mesmo, pois resulta das posições ideológicas, já que as palavras são produzidas dentro do processo sócio-histórico. Desse modo, a noção de sentidos pode mudar dependendo da formação ideológica, do lugar histórico-social de onde se enuncia.

Para tanto, consideremos o conceito de texto “*como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos*” (INDURSKY, 2017, p. 77). Dessa forma, o texto se relaciona com as condições de produção que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico.

Orlandi (2005) salienta que, ao construir a textualidade, é mobilizado o saber discursivo, que parte de um já-dito, atravessado por outros discursos que se cruzam. Assim, algumas vozes são silenciadas, outras se destacam. Nesse movimento, a memória discursiva pode causar o efeito de homogeneidade no texto, por ser ela “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-

dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra". (ORLANDI, 2005, p.31)

Então, como se dá a construção de sentidos? O processo de significação de um texto deriva de um discurso que o sustenta. Na perspectiva da AD, o texto é único e concreto, materializa-se através da linguagem/língua e seu sentido é construído em relação com o outro e com as condições de produção. Considera-se o sujeito autor e o sujeito leitor como um sujeito inserido em uma formação discursiva (FD) que é atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Essas relações vão ser determinantes para a construção dos efeitos de sentidos do texto, pois, segundo Pêcheux (1995), a formação discursiva está relacionada à formação ideológica, que é quem determina o que pode ou deve ser dito. E esse processo ocorre de forma inconsciente

Como o analista de discurso concebe a interpretação? Para a AD a linguagem não é transparente. Assim, segundo Pêcheux (1995), compete ao analista opor-se à opacidade do texto, compreendendo como o objeto simbólico produz sentidos, através dos seus mecanismos de funcionamento. Dessa forma, buscaremos em nosso gesto interpretativo elucidar a opacidade da materialidade em análise, considerando seu efeito metafórico. Convém lembrar que o sujeito interpretante possui uma filiação teórica, e também é interpelado pela ideologia e constituído em sujeito por meio da linguagem.

Para Orlandi (2001), o trabalho de interpretação se instala nos pontos de deriva, que produzem deslizos, efeitos metafóricos, onde se ligam língua e história pelo equívoco. Constitui-se dessa forma o lugar da interpretação, da ideologia e da historicidade.

Discursividades em análise

Antes da invenção da moeda, o escambo era uma prática muito comum. Consistia na troca de serviços ou produtos como carneiro, porco, sal e peles. A palavra salário, inclusive, surgiu a partir da porção de sal que era dada como pagamento aos soldados na Roma antiga. Originária do latim *salarium*, que significa "pagamento de sal" ou "pelo sal". Surgiu no antigo Império Romano, ao se descobrir que o sal servia para conservar e dar sabor à comida, portanto, valia como ouro.

O trabalho remunerado era inexistente. Era costume na Idade Média, os servos cultivarem a terra dos nobres e em troca receber a possibilidade de tirar dela seu sustento. Posteriormente, os trabalhadores livres vendiam no mercado os produtos que produziam. Foi por volta da segunda metade do século XIV, com o declínio do poder feudal, que surgiu o salário como remuneração dada ao trabalhador em troca do tempo e esforço gastos na produção de bens e serviços.

Com o surgimento do capitalismo, o pagamento da mão-de-obra tornou-se prática predominante. Dessa forma o trabalhador passa a ter poder de compra, transformando assim a maneira como ele era visto pelas outras camadas sociais.

Na contemporaneidade, com a Constituição e as leis trabalhistas, em especial no Brasil, contexto de nossa análise, tanto as profissões quanto os salários são regulamentados, criando-se uma espécie de castas entre profissões de maior ou de menor status e, conseqüentemente, entre trabalhadores menos ou mais bem remunerados, (re)produzindo contínuas seletividades, que implicam jogo de poder, como servidores de empresas privadas x servidores de empresas públicas. Entre os últimos, servidores públicos estatutários x servidores públicos celetistas, por exemplo.

O apanhado acima é importante para melhor compreensão do recorte que fazemos nesta análise, ao tomarmos dois gêneros textual-discursivos específicos que criticam mazelas sociais mobilizando discursividades dos enunciados por nós focalizados.

Os textos analisados são identificados como pertencentes ao gênero textual-discursivo *charge*. Esse tipo de texto imagético e multimodal, geralmente traz a combinação das linguagens verbal e não verbal, como nas duas materialidades a serem analisadas.

De acordo com Costa (2009), a *charge* se caracteriza como texto imagético utilizado para informar, divertir e também criticar. Embora tenha um tom humorístico, ainda que pareça ingênuo, é um meio de conscientização. Muitas vezes, esse gênero textual articula a utilização da linguagem verbal e não-verbal com o objetivo de criticar ou discutir uma dada situação.

Entendemos a *charge* como um gênero empenhado em interpelar o interlocutor (leitor) a fim de desnaturalizar sentidos através do humor irônico. Assim, filiadas à AD, podemos dizer que a *charge* provoca no sujeito leitor o jogo discursivo instalado mediante as diferentes FD de cada um. O sentido não é único e nem se prende ao que está dito. Nesse caso, o sentido vai além do que está mostrado na imagem, pois mobiliza a exterioridade da formulação, do intradiscorso, já que dialoga e articula formações discursivas de outros espaços e de outras posições-sujeito, pois, para a AD, o sujeito é "itinerante", ou seja, relaciona-se com FD diferentes, tendo o silêncio como um dos componentes dessa relação, o que possibilita ao sujeito a movência de sentidos. Os deslizamentos de sentidos, conforme Orlandi (2001), são próprios da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade.

Descrevendo nossos enunciados-base como materializados por formas linguísticas funcionando sintaticamente, podemos tomá-los também como sintagmas constituintes de

RIBEIRO, A.C.D.; SANTOS, J.S.

uma oração, tendo, assim, dois sintagmas nominais, cujo núcleo é ora o substantivo “piso”, ora o substantivo “teto”, vindo cada um qualificado pelo sintagma adjetival “salarial”. Discursivamente, cada uma dessas classes de palavras circulam, separadas (como palavras que são), em diferentes espaços, campos ou esferas, proferidas por e entre diferentes posições-sujeito, mas, quando utilizadas conjuntamente, produzem uma metáfora discursiva no contexto da relação *atuação profissional x delimitação da remuneração*.

Desse modo, avançando para o campo de terminologias de áreas específicas, temos que, em arquitetura, o substantivo “piso” é o termo que se refere ao revestimento de solo sobre o qual se pode caminhar, ou, em outras palavras, é a base para qualquer construção; enquanto que o substantivo “teto” é o termo que corresponde à parte superior interna de uma casa ou aposento, limite vertical interno.

Considerando os dois substantivos (piso; teto) e o respectivo adjetivo (salarial) como termos empregados na área jurídica, numa relação metafórica temos: “piso salarial” como sendo o salário-base, no sentido de o mínimo que pode ser pago ao profissional de uma determinada categoria. Por conseguinte, o “teto salarial” discursiviza-se como o limite (máximo) que pode chegar o salário de alguém. Em outras palavras, é o limite salarial que não se pode, legalmente, ultrapassar.

Em relação ao “teto salarial”, trata-se do limite que pode chegar o salário de alguém. Nesse sentido, a Constituição Federal estabelece, como teto para salários de servidores públicos federais, a remuneração mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que equivale atualmente a R\$ 39.293. Nos estados da federação, o limite é o salário do governador e, nos municípios, o salário do prefeito. No Brasil, isso existe apenas para o funcionalismo público por um motivo simples: eles são pagos pelos impostos de todos, portanto, é necessário um controle.

É importante mencionar que “piso salarial” é diferente de salário mínimo. Vejamos a diferença entre “salário mínimo” e “piso salarial” de acordo com art. 7º, incisos IV e V da Constituição Federal Brasileira:

IV—**salário mínimo**, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
V—**piso salarial** proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; (BRASIL, p.18, grifo nosso).

Ou seja, enquanto o primeiro é de competência exclusiva da União (âmbito nacional) e baseia-se na mínima condição de sobrevivência do cidadão

RIBEIRO, A.C.D.; SANTOS, J.S.

independentemente de qualificação profissional, o segundo pode ser estabelecido pelos Estados (âmbito estadual) e deve levar em conta as profissões específicas que se pretende beneficiar, considerando ainda a respectiva qualidade e complexidade do trabalho e varia de acordo com a categoria. Fato é que, dada a complexidade da profissão, é estabelecido um piso salarial, que é o mínimo que se deveria pagar por dado serviço, jamais menos. Caso esse piso seja definido em lei (federal, estadual ou municipal) deveria ser aplicado automaticamente na compensação pelo trabalho que a ele faz jus. Entretanto, muitas classes de servidores não conseguem fazer valer essa lei em suas remunerações, a não ser por muita luta dentro de uma organização que possa fazer frente ao patrão.

Texto1: "Piso Salarial dos Professores"



Fonte: <http://old.apcefrs.org.br/santiago-recebe-mais-uma-premiacao-por-charge-publicada-no-jb/santiago-recebe-mais-uma-premiacao-por-charge-publicada-no-jb-noticia-1355939663.html>

A charge do texto 1 foi publicada originalmente na edição de junho de 2012 no Jornal João de Barro, tradicional publicação impressa da APCEF/RS (Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul). Nela temos o uso das linguagens verbal e não verbal que se complementam e contribuem para estabelecer a relação de sentido do texto.

Nessa materialidade, ocorre a retratação de uma sala de aula onde se observa que há um quadro-negro com um mapa do Brasil desenhado, há uma placa inclinada ao lado da mesa da professora com os dizeres: “Queremos o piso salarial”. Além disso, temos a figura da professora, sentada na cadeira da mesa do professor, olhando para a goteira no teto da sala de aula (que apresenta alguns remendos) e diz: “Era só o que faltava estamos sem piso e sem teto!”. A sala de aula retratada na imagem possui piso, um quadro na parede, lixeira, vaso de flores na mesa da professora, vidraças nas janelas, veem-se os alunos sentados em suas carteiras e também alguns guarda-chuvas no canto da sala.

Vejam algumas possíveis relações de sentidos que podem ser estabelecidas. No enunciado da professora, “Era só o que faltava! Estamos sem piso e sem teto!”, temos o trabalho polissêmico das palavras “piso” e “teto”. Para a AD, a polissemia é a movência de sentidos do mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2005). Um dos sentidos que pode ser atribuído à palavra “piso” é de revestimento do chão, uma vez que a professora encontra-se no interior da sala de aula, que apresenta goteira no teto; assim, “piso” se opõe ao sentido de “teto”, enquanto cobertura ou telhado.

A figura e as palavras, na *charge*, promovem a polissemia nos termos piso e teto, visto serem enunciados por uma professora, com uma placa ao lado da mesa, denunciando a precariedade salarial ao reivindicar “queremos piso salarial”, cuja carreira vive o drama de ter que lutar por uma remuneração digna, mas que, muitas vezes, por estar submetida à conveniência do patrão (governo), não tem sido respeitada nem quanto ao piso salarial (o mínimo a ser pago, dada a complexidade e especificidade do trabalho) para sua categoria profissional. Além disso, apresenta-se aí um sujeito coletivo “nós”, identificado através da pessoa verbal “estamos”; essa voz reflete um grupo social. A marca de coletividade, pelo uso do verbo na primeira pessoa do plural, expressa que a professora fala em nome da classe de professores, da qual ela faz parte. Assim, linguística e discursivamente esse “nós” embutido na forma verbal “estamos” não inclui os alunos quando ligado a “piso”; quando, porém, ligado a “teto”, tanto os inclui, quanto os exclui, dado a polissemia nessa relação.

A primeira comicidade (irônica) criticada da charge está no uso polissêmico das palavras “piso” e “teto”, com destaque maior para ‘teto’: sentido da cobertura interna na estrutura de um imóvel, mas que, dito por uma professora, e no espaço físico (com remendos e furos na estrutura do teto) e discursivo de uma sala de aula, mobiliza discursos de outra ordem (trabalhista, sindicalista, político), como a crítica feita à desvalorização da docência concernente tanto ao salário incompatível e pouco atrativo

RIBEIRO, A.C.D.; SANTOS, J.S.

para a função, bem como às condições desfavoráveis de trabalho em estabelecimentos muitas vezes precários, acionando discursividades que remetem ao descaso de gestores das diferentes esferas do poder público para com a categoria docente e, obviamente, para com a educação no país.

Por isso, não podemos proceder a análise considerando apenas o que está dito, pois a linguagem não é transparente. Se assim o fizéssemos, se verificaria uma contradição, pois, há sim piso na sala de aula. Cabe neste momento, recorrer aos discursos pré-construídos que contribuem para o funcionamento discursivo, relacionando a fala da professora, por meio da memória discursiva a outros discursos já veiculados na sociedade, como por exemplo: “as escolas não têm uma boa estrutura física”, “as escolas estão sucateadas” e “os professores são mal remunerados”.

A classe docente de instituição pública sabe que teto (o máximo a ser pago) limita os ganhos apenas de altos salários, sabe também que, por isso, jamais poderia chegar próximo ao teto (o máximo) estabelecido por lei, cujo parâmetro é o salário de ministros do STF. Tudo isso justifica a correlação cômica e irônica feita pela figura docente entre os efeitos de duplo sentido entre piso (salarial) e teto (estrutura física). Por outro lado, se houvesse, o teto salarial para essa categoria sofreria, metaforicamente falando, mais o efeito da gravidade (no sentido de puxar para baixo) que outras categorias com a mesma escolaridade, sempre achatando seus ganhos financeiros.

A insegurança salarial, incluindo a falta de condições (ou de melhores condições) do trabalho docente, produz muitas vezes efeito de se estar mesmo sem ‘chão’ (piso/segurança), com sentido tanto de firmeza como de o mínimo necessário (salário), e sem proteção, cobertura (teto, até onde o salário pode chegar) que, havendo, poderia ser dilatada, no sentido de amparo (possibilidades legais, segurança jurídica) e de expectativa de ampliação/elevação dos ganhos financeiros.

Estabelecendo a relação entre o enunciado da professora com o enunciado da placa que se encontra no chão com os seguintes dizeres: “Queremos piso salarial”, notamos que o sujeito também é a coletividade, representando a classe do magistério. A partir disso, pressupomos que os professores não recebem nem mesmo o mínimo estipulado para sua profissão. Estes enunciados explicitam o discurso a respeito da reivindicação salarial, (re)construindo-se em diferentes momentos historicamente marcados e que mantem certa regularidade.

O piso salarial de um professor em 2012 (ano de publicação da *charge*) era de R\$ 1.451,00 (40h/semanais). Isso depois de um reajuste de 22,22%, segundo o Ministério da Educação e Cultura – MEC, para atender a determinação do artigo 5º da Lei 11.738, de

16 de junho de 2008. Sabe-se que muitos estados não cumprem a lei e pagam menos do que foi estabelecido. Sendo assim, o discurso daquela professora é o discurso de milhares de profissionais da educação, que apelam ao governo por melhorias salariais. Pode ser ainda o discurso do movimento sindical representando a classe dos professores, em busca de garantir o direito previsto na lei. É um discurso que se repete todos os anos.

O intradiscurso aparece no enunciado através da materialidade linguística, nesse caso a figura de uma mulher, representando a categoria dos professores. Já o interdiscurso permite extrapolar o que não está explícito. A *charge* não traz explicitamente que as mulheres são maioria atuando principalmente no ensino fundamental, nível de ensino que parece ser dos alunos retratados no texto. No entanto, podemos por meio do interdiscurso e da memória discursiva, fazer uma inferência de como lecionar se tornou a opção (a partir do século XX) para a mulher que tentava se inserir no mercado de trabalho, visto que era possível conciliar filhos, marido e afazeres domésticos, pois se trabalhava apenas um período. Acreditava-se ser a mulher imbuída de imprescindíveis qualidades para o trabalho docente: a paciência, o cuidado, a sensibilidade, o “dom” educar. Assim a profissão acabou sendo relacionada a algo que se “faz por amor”, sacerdócio, portanto não precisa ser bem remunerado.

A memória discursiva relaciona o que já foi dito em outras épocas a respeito da profissão de professor para atribuir o sentido, como Orlandi (2005) enfatiza, já que isso se dá:

pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentido constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (ORLANDI, 2005, p. 32).

Que efeito de sentido produz a goteira que pinga em cima da cabeça da professora? Por que retratá-la ali e não em outro lugar da sala de aula? De acordo com Orlandi (2005), a AD visa a fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos. A professora está no foco da questão abordada “ piso salarial”. A goteira então aparece como uma metáfora para o problema, que incomoda e que precisa ser resolvido. Quando o problema não atinge a pessoa diretamente, às vezes ocorre de se postergar sua resolução. No entanto, quando o problema atinge diretamente a pessoa, busca-se logo resolvê-lo. É a professora a maior interessada na aprovação do reajuste, pois ela será beneficiada.

A formação discursiva não ocorre de forma homogênea porque é constituída de discursos distintos, porém, ela tem sua regularidade. Segundo Fiorin (2013), “o

enunciador e o enunciatário são o autor e leitor. Não são o autor e leitor reais, de carne e osso, mas o autor e o leitor implícitos, ou seja, uma imagem do autor e do leitor construída pelo texto” (p.56).

Vejam novamente a fala da professora: “Era só o que faltava estamos sem piso e sem teto!”. Ela não parte de uma categoria que tem “teto salarial” estipulado. A palavra teto, nesse contexto é polissêmica: “A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido ao mesmo objeto simbólico” (ORLANDI, p.34, 2005).

Podemos, através da memória discursiva em torno da palavra “teto”, presente no enunciado em questão, estabelecer uma relação com aqueles que recebem acima do teto estabelecido em lei. Apesar de toda a questão jurídica, é fato que muitos funcionários públicos (como juízes e promotores) recebem acima do teto por acúmulo de benefícios. Alguns chegam a receber quase 100 mil reais, por conta de benefícios adquiridos legalmente, que não são contabilizados como salário (auxílio moradia, auxílio paletó), fortalecendo e distanciando “castas” de servidores. Dessa forma, isso provoca um efeito de sentido que produz o contraste com os trabalhadores que sequer recebem o piso salarial estabelecido para categoria.

Nesse contexto, é importante verificar que nenhum discurso é construído aleatoriamente, ao contrário, podemos observar “[...] que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]” (FOUCAULT, 1995, p.8-9)

A segunda comicidade da *charge* (texto 1) provém de como o garoto (aluno), mesmo assustado como os demais com o buraco na parede e a goteira, parece ‘alheio’ às preocupações da docente como representante de uma classe trabalhadora em desvantagem, atribuindo, a seu modo, sentido aos valores sociais, pois apontado pelo chargista como aquele que tem como ídolo um jogador de futebol (na parede, antes da seta, tem-se o enunciado: ‘GURI COM CABELO DE NEYMAR’). Trata-se de um jogador cuja fama e cujo salário astronômico inundam imaginários de muitos garotos sobre o que gostariam de ser quando crescerem, acusando assim o sonho de consumo que alimenta o inconsciente de parte da classe estudantil, que estuda, em tese, por pressão da sociedade. Assim, o garoto prefere, no íntimo, outro modo de vida, no qual a profissão docente não é uma possibilidade, dado o desprestígio a que vive relegada, pelo salário nada atrativo e pelas condições de trabalho penosas.

Na charge, aparecendo ainda essa frase, aparentemente desconectada com o contexto, “Guri com cabelo de Neymar”, com uma setinha apontando para um aluno

sentado na carteira, novas provocações interpelam o leitor, pois não se trata da fala de nenhum dos alunos, nem de uma pichação na parede. De quem seria essa voz? Acreditamos se tratar do outro que se apresenta de forma explícita no discurso do sujeito da enunciação, aquilo que Authier Revuz chama de heterogeneidade mostrada, que pode ser identificada por meio da materialidade na língua, a polifonia, o intertexto, diferentemente da heterogeneidade constitutiva que compreende que todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social (FERNANDES, 2007, p.39)

Que sentido esse enunciado traz para a materialidade? Uma vez que os sentidos não estão nas próprias palavras, buscamos no trabalho simbólico da incompletude e da equivocidade da linguagem compreender os efeitos de sentido provocados por ele. O intradiscurso aparece no enunciado através da materialidade linguística, já a memória discursiva permite extrapolar o que não está explícito. A partir daí podemos relacionar o enunciado “Guri com cabelo de Neymar” com a seguinte questão: a de que, atualmente, os jovens não almejam ser professor, pelo contrário, querem ser “um Neymar”, ou seja, querem ser famoso e, principalmente, bem remunerados. O aluno, portanto, adota o penteado de uma figura que ele admira e que representa uma posição que ele almeja alcançar. Na construção imaginária dos de muitos sujeitos, ser jogador de futebol é se tornar famoso e ganhar muito dinheiro. Por outro lado, os discursos que circulam na sociedade acerca da figura do professor, em evidência na atual conjuntura social e histórica, estão associados à desvalorização profissional, desmotivação e má remuneração. Além disso, é fato que a carreira do magistério não aparece na lista das 20 profissões mais desejadas ou prestigiadas. Seja porque não dá *status* ou não se recebe alta remuneração, entre outras questões do domínio político e sócio-econômico da realidade brasileira.

As figuras do professor e do jogador de futebol aparecem em uma relação antagônica, num jogo de relações discursivas, dadas as condições sócio-históricas em que a charge foi produzida. Portanto, podemos dizer que os sentidos se realizam num contexto, mas não se limitam a ele, pois “Têm historicidade, tem passado e se projetam num futuro” (ORLANDI, 2012, p. 137).

Texto 2: Teto salarial



Fonte: <https://www.colegiofreinet.com.br/apostilas-do-ensino-medio/primeiro-ano.pdf>

O texto 2 também é uma *charge*, nela temos uma vitrine de loja de eletrodomésticos em que vemos diversos aparelhos de televisão. Está escuro, é noite e a TV da loja está ligada, passando o noticiário pelo qual é transmitida a seguinte notícia “E aumenta o teto salarial para presidente, ministros e parlamentares”. Em frente à loja, na calçada, encontram-se diversas pessoas deitadas no chão, em situação de rua, há, em destaque, um homem com uma criança em pé em frente à vitrine, ouvindo o noticiário, quando ela pergunta: “Pai, o que é teto?”.

O sujeito locutor da notícia busca ser imparcial em sua enunciação, inclusive com posicionamento acrítico, pelo silenciamento em relação às discrepâncias quanto a noções de justiça social concernente ao que informa, silêncio que, como observamos nesta análise, não deixa de significar para produtores e principalmente leitores do gênero (*charge*). A *charge* marca a posição social de pai e filho, contextualizando-os sócio-historicamente no grupo de pessoas que se encontram marginalizadas, em situação de rua, pessoas sem moradia, provocadores ou destinatários da luta do movimento dos sem-teto. A memória discursiva permite significar um efeito de indignação.

Nem todas as profissões possuem piso ou teto salarial. Ao procedermos à leitura dessa *charge* (texto 2), verificamos que o sujeito enunciativo da notícia busca ser imparcial em sua enunciação. Embora não tenhamos o todo do enunciado, observamos que foi omitido o sujeito da oração. O efeito causado pelo enunciado, iniciado com a

conjunção aditiva “e”, sugere o aumento como uma coisa natural e positiva.

A pergunta do garoto (‘Pai, o que é TETO?’), morador de rua que nem sabe o que é teto por não tê-lo, formulação feita pelo chargista, com o substantivo ‘TETO’ em caixa alta, é a crítica provocadora que este outro enunciador (o chargista) propõe ao leitor, independente do que o locutor da notícia possa ter deixado de dizer ou a charge ter deixado de registrar.

Assim, a *charge* é impactante para a produção de tensão de sentidos naturalizados ou para a desnaturalização deles, ao trazer ao fundo prédios residências (ou comerciais), moradias, a própria loja, onde a TV traz a notícia, espaço coberto em oposição às pessoas ao relento, a fim de provocar indignação aos que não são indiferentes às implicações sociopolítico-ideológicas dessa materialidade.

Nota-se nessa forma de dizer, a presença do não dito. Fazendo sentido nas entrelinhas, as imagens e os enunciados, materializados nas formas linguísticas, se relacionam provocando um efeito de indignação e protesto. Como podem aumentar os salários do presidente, ministros e parlamentares, já que, além de terem os maiores salários do país, ainda contam com uma enorme quantidade de benefícios que não necessitam, como por exemplo, auxílio moradia. Enquanto isso, uma grande parcela da população não tem emprego, vida digna nem casa para morar.

Juridicamente, salário é a contraprestação que o trabalhador recebe no final do mês pelo seu trabalho prestado ao empregador. Assim, o salário engloba o próprio salário-base (piso da categoria) e os acréscimos de salário como as horas-extras, adicionais de insalubridade e comissões. Remuneração, diferentemente, é o salário recebido pelo trabalho prestado acrescido dos valores recebidos a outros títulos, como gorjetas e participação nos lucros. Essa diferenciação entre salário e remuneração é bastante técnica, porém do ponto de vista jurídico é importante. Por exemplo, o salário não pode ser diminuído, mas a remuneração sim. Se o seu salário é X, não pode ser diminuído de um mês para o outro, mas se você não trabalhar horas extras ou se a empresa não der lucro ou se os clientes não derem gorjeta, você não receberá nem horas extras, nem participação nos lucros, nem gorjetas (todos são remunerações, mas não salários).

Cabem aqui algumas considerações a respeito dos sintagmas lexicais (referência feita do ponto de vista sintático) “piso salarial” e “teto salarial” recorrentes nas duas materialidades estudadas e tomados por nós como enunciados que remetem a discursividades. Nem todas as profissões possuem piso salarial. Essa é uma conquista alcançada através da reivindicação de sindicatos e associações de algumas categorias, o

RIBEIRO, A.C.D.; SANTOS, J.S.

que acabou por ganhar força de lei no ano 2000, após a edição da Lei Complementar nº 103, regulamentando o art. 7º, IV, da Constituição. Podem ainda ser definidos por meio de acordos ou convenções coletivas. Portanto, independe da formação acadêmica e sim de organização da categoria. Seguem alguns exemplos de profissões que possuem piso salarial estipulado: administrador de empresas, advogado, corretor de seguros, enfermeiro, fisioterapeuta, mestre de obras, motoboy, professor, piloto de avião, secretária, veterinário entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender que as escolhas lexicais presentes na materialidade e seu uso asseguram a presença de ideologias contrastantes, “revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema” (FERNANDES, 2008, p.13). Como ocorre no texto 1, o contraste no discurso da professora e do “outro”, que se manifesta através do comentário sobre o cabelo do menino. No texto 2, temos o discurso da mídia, anunciando o aumento que interessa aos parlamentares e ministro, se opondo ao discurso dos marginalizados que mal compreendem a notícia dada.

Assim, diante da perspectiva da AD, os sentidos não são imanentes às palavras. Na verdade, os sentidos são resultantes da forma como os sujeitos se inscrevem na língua e na história. Dessa forma, podemos dizer que os sentidos se modificam por meio de um movimento constante do simbólico e da história. Segundo Fernandes (2007), os enunciados, assim como os discursos, são acontecimentos que sofrem continuidade, dispersão, formação e transformação, cujas unidades obedecem a regularidades, cujos sentidos são incompletamente alcançados (p.57).

Esta análise mostrou algumas possibilidades interpretativas para a construção dos sentidos de textos do gênero charge. Ratificamos que a formação discursiva e ideológica na qual o sujeito está filiado é fator determinante para a constituição dos sentidos. A interpretação é fruto de um gesto de leitura, cujas possibilidades são inúmeras.

REFERÊNCIAS

Brasil. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERNANDES, C, A. **Análise do discurso**: Reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. IN: ORLANDI, Eni; LAGAZI-RODRIGUES, Suzy (orgs) **Discurso e Textualidade**. 3ª ed. Pontes Editores: Campinas, 2017. Cap. 2 p. 37 – 88.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito de poder*. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas. SP: Pontes, 6ª edição, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

O piso respeitual. **Direito é Legal**. 31 de ago. de 2017. Disponível em: <https://direitolegal.com/tag/piso-salarial/> Acesso em 10 de dez. 2018.

Conheça o piso salarial das principais profissões. **Guia das Profissões**. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/salarios/conheca-o-piso-salarial-das-principais-profissoes/> Acesso em 9 de dez. 2018

Congresso aprova aumento para STF e, com isso, amplia o teto salarial de todos os servidores públicos. **Portal Terra**. 07 de nov. De 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/congresso-aprova-aumento-para-stf-e-com-isso-amplia-o-teto-salarial-de-todos-os-servidores-publicos,57022ea36b7ea9f128843197ff56b380lm2bvrro.html> acesso em 29 de jan. 2019.

Como citar este artigo (ABNT)

RIBEIRO, A.C.D; SANTOS, J.S. Discursividades construídas a partir dos enunciados “Piso Salarial” E “Teto Salarial”.SELL, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2019. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

RIBEIRO, A.C.D; SANTOS, J.S. (2019). Discursividades construídas a partir dos enunciados “Piso Salarial” E “Teto Salarial”.SELL, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.

